

AVALIAÇÃO ESCOLAR PARA ALÉM DA CLASSIFICAÇÃO: PERSPECTIVAS, DESAFIOS E APONTAMENTOS.

Priscila Gomes dos SANTOS¹.

RESUMO

O presente artigo é um relato de experiência decorrente da vivência, das discussões promovidas em sala de aula, no curso de ensino superior da disciplina de *Avaliação Escolar* do Curso de Pedagogia, do Centro de Educação, da Universidade Federal de Alagoas. Desta forma, serão feitas reflexões e apontamentos acerca dos aspectos constitutivos da avaliação. Como pesquisa qualitativa a metodologia está embasada na análise bibliográfica de autores como Luckesi (1998), Hoffmann (2014), Demo (2008), Vasconcelos (2001), dentre outros; neste artigo o tema central é a avaliação qualitativa em que se discutirá o aprendizado do alunado, a avaliação da aprendizagem. A avaliação deve servir a que o educador possa subsidiar o aprendizado do aluno, alcançar novos patamares. Deve-se contribuir ao desenvolvimento integral do aluno. É saber que ensinar é mais abrangente que apenas transmitir conteúdos, assim como debatido, é mais profundo, tem a ver com tomada de decisão, com posicionamento, com a disponibilidade do educador.

Palavras chave: Avaliação; docente; discente; ensino; aprendizagem.

*“Me movo como educador porque, primeiro, me movo como
gente”*

Paulo Freire.

15

INTRODUÇÃO

O presente artigo decorre das discussões feitas com pares em sala de aula e do diálogo que os principais teóricos trazem acerca dos aspectos constitutivos da avaliação, isto é, é decorrência da disciplina de *Avaliação Escolar* do Curso de Pedagogia, do Centro de Educação, da Universidade Federal de Alagoas. Desta forma, serão feitas reflexões e apontamentos no tocante ao tema. Portanto, este trabalho é um relato de experiência decorrente da vivência, das discussões promovidas em sala de aula, no curso de ensino superior sobre a temática.

Esta reflexão/artigo tem o intuito de realizar uma análise acerca dos contributos teóricos desenvolvidos em relação à avaliação no viés qualitativo. A metodologia está embasada na análise bibliográfica de autores como Luckesi (1998), Hoffmann (2014), Demo (2008), Vasconcelos (2001), dentre outros; neste artigo o tema central é a avaliação qualitativa em que se discutirá o aprendizado do alunado, a avaliação da aprendizagem. É

¹ Graduanda em Pedagogia. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). **E-mail:** priscilagomes142@gmail.com

no sentido de “mover-se como educador”, como relata Paulo freire (1996) que irá debater acerca da avaliação, uma avaliação humana, uma avaliação constitutiva.

O artigo está estruturado em três seções. O primeiro tópico far-se-á uma reflexão acerca dos vieses da avaliação qualitativa. O segundo tópico abarcará a avaliação da aprendizagem, ou seja, a avaliação que prima à aprendizagem do alunado. A finalizar este trabalho serão feitas algumas considerações sobre os desafios e apontamentos da avaliação, isto é, uma reflexão das práticas docentes em relação à temática.

O que é avaliação? O que se debate em relação ao tema? Quais os apontamentos nesta perspectiva? Ao longo deste trabalho irão ser discutidos tais questionamentos.

A partir deste debate, serão postos e discutidos dos prismas trazidos pelas contribuições teóricas dos escritores em relação à avaliação, para assim auxiliar a reflexão a que se está propondo. Nesse sentido, o intuito deste trabalho é contribuir com a formação intelectual e crítica dos sujeitos pedagógicos, principalmente à classe docente, e concomitantemente, à sua prática, seja em sala de aula, seja em outros âmbitos educativos. Isto é, o objetivo é que se veja a avaliação na perspectiva da aprendizagem, que é constitutiva, no sentido de contribuir ao desenvolvimento cognoscente dos indivíduos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem; para assim constatar que a avaliação é mais que a classificação do alunado ou mensuração de notas.

REFLEXÃO ACERCA DA AVALIAÇÃO

O que se vem discutindo em constância são as perspectivas em torno da avaliação. Existem dois “blocos” em relação a ela, o viés quantitativo (caracterizado em medir em escala, processo objetivo) e o qualitativo (caracterizado em acompanhar o desenvolvimento cognitivo do aluno, processo subjetivo). Esses pontos de vista são divergentes tanto nas críticas ou concepções quanto nas definições sobre a avaliação, porém eles, não podem ser separados, pois são complementares. No processo avaliativo é necessária a junção do qualitativo e do quantitativo; nesse sentido, o quantitativo deve ser consequência do qualitativo sob a ótica avaliativa. Logo, a discussão que será feita é na perspectiva da avaliação qualitativa, cujo foco é o aprendizado do alunado, a subjetividade e a construção do conhecimento, a avaliação da aprendizagem. .

Portanto, o que é avaliação? Qual(is) o(s) objetivo(s)? Segundo Libâneo (1994, p. 23) “a avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos”. De acordo com o MEC (2013), outra definição é atribuída ao tema, delineando que a “a avaliação é um procedimento necessário para definir prioridades e garantir a qualidade do ensino nos âmbitos educacionais”. Na concepção de Hoffmann (2014),

A avaliação da aprendizagem, mais especificamente, envolve e diz respeito diretamente a dois elementos do processo: educador/avaliador e educando/avaliando, ou seja, alguém (educando) que é avaliado por alguém (educador). Essa relação é sempre dual e subjetiva. (p. 13).

A partir desses posicionamentos vê-se que o sentido que é considerado sobre o tema é que a avaliação (qualitativa) é um processo em que o docente e discente utilizam a garantir o ensino e aprendizagem. Dito isto, o processo de ensino e aprendizagem possui intencionalidade, subjetividade, “caminho duplo de avaliação” (docente e discente), isto é, a avaliação não é um processo neutro, parcial ou estático. Doravante, o docente utiliza o processo avaliativo a ter noção do desempenho do alunado, nos progressos intelectuais, nas dificuldades, entre outros, e, também de sua prática de ensino. É importante ressaltar que a avaliação é um processo contínuo e progressivo que objetiva a construção gradual da aprendizagem.

Numa perspectiva ampla (mais difundida no meio conceitual) a avaliação é “caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo” (...) (LUCKESI, 1998, p. 33). É meio que se mede, que se analisa qualitativamente frente a condições preestabelecida ou a objetivos. Ao citar avaliação, em geral, se faz a consideração em relação aos métodos/instrumentos avaliativos, como por exemplo, provas, seminários, debates, porém a avaliação é mais abrangente que apenas método ou quantificação (salientando que não se quer desconsiderar o prisma quantitativo, apenas não se prender a ele).

A avaliação diz respeito ao não apenas quantitativo, a não materialização da avaliação, não que seja menosprezável, mas que possui perspectivas, objetivos e finalidades próprias, diferentes, amplas e subjetivas. Como afirma Demo (2008, p. 03),

(...) não se trata (...) de estabelecer entre qualidade e quantidade uma polarização radical e estanque, como se fosse a perversão da outra. Cada termo tem sua

própria razão de ser e agir na realidade como uma unidade de contrários. Ainda que se possam se repelir, também se necessita.

Já a avaliação qualitativa pode ser definida, em termos gerais, como o processo que tem o intuito de acompanhar e potencializar o ensino e aprendizagem, sempre em reflexão dos sujeitos pedagógicos, professor e estudante. Segundo Demo (2008) é o que está atrelado aos fins, o que não é palpável, o que tem a ver com a participação.

O viés qualitativo considera o percurso que o aluno construiu frente ao conhecimento e, se necessário ser guiado a novos “patamares” do desenvolvimento intelectual, cognitivo; a avaliação que auxilia a aprendizagem do educando.

A corroborar a discussão Hoffmann (2014, p. 14), especificamente no livro *O jogo do contrário em avaliação*, traz considerações acerca da problemática, deste modo a autora vê o processo da avaliação a favor dessa aprendizagem e, nesse sentido, explicita que a avaliação da aprendizagem diz respeito a três intenções do educador²:

I – Quadro Primeiro – Intenção da Avaliação da Aprendizagem (A. A).

a) observar cada aprendiz, mesmo que a realidade da sala de aula seja difícil em relação à quantidade de alunos a serem observados;
b) analisar e compreender as estratégias de aprendizagem do aluno, isto é, os passos de cognição que aluno conseguiu desenvolver;
c) tomar decisões pedagógicas favoráveis ao seu avanço, assim o aluno poderá galgar etapas mais elevadas frente ao conhecimento, o professor deve estar sempre favorecendo essa aprendizagem do aluno.

Fonte: Luckesi (1998).

Em suma, as perspectivas de avaliação da aprendizagem pretendem favorecer o aprendizado do aluno e melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem; nesta discussão essas definições servem para salientar as diferentes atribuições dos teóricos à temática, a contribuir a um debate mais rico, mais amplo, mais construtivo e principalmente mais consciente.

Avaliação da aprendizagem: para além da classificação

² Dados extraídos da análise bibliográfica do livro pela autora.

A avaliação da aprendizagem tem em foco a aprendizagem centrada no aluno. A finalidade, a intenção a ser explorada pelo professorado. É conceituada como “uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre seu trabalho” (LUCKESI apud LIBÂNEO, 1994, p. 194-95).

Ora, a avaliação é tomar decisão, então não pode ser considerada como campo teórico neutro ou passivo em termos ideológicos, pelo contrário, ela tem intencionalidade, pois consciente ou inconscientemente, a avaliação perpassa por uma ideologia, por um pressuposto, seja à conformação, seja à submissão, seja à autonomia, seja à transformação, ou melhor, se partem de pressupostos liberais (que tem a finalidade de conformar para a sociedade em questão) ou não (que visa formar para a criticidade, autonomia, transformação da sociedade e solidariedade). Assim, a avaliação tem que ser dotada da intencionalidade, da tomada de decisão de propiciar e potencializar a aprendizagem do alunado e com isso, possibilitar o desenvolvimento mais crítico, consciente e solidário do corpo discente.

Apoiado no conceito de Luckesi (1998) a ideologia e intencionalidade da avaliação escolar da aprendizagem é a transformação social, é contribuir à autonomia e ao desenvolvimento do discente perante o conhecimento e suas nuances. Diante dessa perspectiva, a avaliação no contexto escolar atual que é muito complexa, Hoffmann corrobora com a temática (2014, p. 39) e percebe que o modelo da escola atual é classificatório, caracterizado por marcar

(...) o último século da educação [que] teve [majoritariamente na atualidade] sempre por referencial o padrão, a uniformidade, a homogeneidade. Em virtude disso, nossas instituições de ensino foram e vêm sendo fortemente seletivas e excludentes uma vez que se contrapõe ao desenvolvimento humano (...).

Sendo assim, o contexto que a educação está inserida é classificatório, pois contribui para a conformação, para a submissão dos alunos, principalmente no que diz respeito à avaliação, pois os educandos são classificados em “bons ou ruins”, em alunos de “rendimento maior e rendimento menor”, alunos estes que são taxados numa escala de acordo com seu desempenho e mesurados, caracterizado por pouco se fazer a ajudar a esses alunos a resgatarem, recuperar o conhecimento que não foi compreendido, além dos estigmas que ficam “impressos” nos alunos nesse processo, ou seja, os impactos psicológicos, como por exemplo, acarretar medo, frustração, autoestima abalada, ansiedade

e nervosismo (MARINHO; LEITE; FERNANDES, 2013). A ressaltar tal problemática, numa entrevista Vasconcelos (2001) para *Mundo Jovem* implica em relação aos impactos que a avaliação tradicional acarreta no aluno:

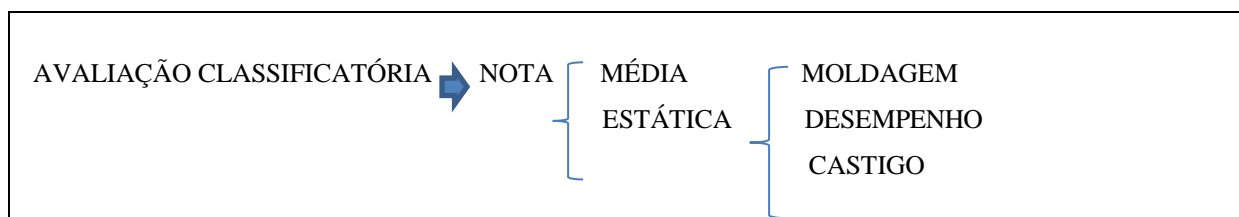
Do ponto de vista psicológico, os estragos são enormes. Há muitas pesquisas mostrando toda a questão da auto-estima, da falta de segurança, deformações psicológicas que ocorrem, em função da avaliação (...). É que está sendo incutido na criança [precocemente] um sentimento de competição.

Diante desse contexto atual, o processo avaliativo é um desvio conceitual, pois inverte a avaliação transformadora em avaliação classificatória.

Visto isso, a lógica da avaliação nas instituições de ensino (majoritariamente) é fortemente a classificar, atribuir conceitos ou notas que definam quem é “superior”, “mediano” ou “inferior”. O sentido desse meio não visa os pressupostos de transformação, e sim, a titulação desse discente a partir dos resultados. Apoiados nesse prisma, as categorias selecionadas a seguir, no quadro abaixo, delineiam os conceitos-chave da classificação em relação ao que é usual nas escolas e como ela é “apresentada”. Desta forma, pode-se perceber a problemática sobre a avaliação em que se visa classificar, pois não abrange o sentido amplo que a avaliação deve alcançar, assim, a avaliação classificatória apresenta-se de forma apresentada abaixo:

20

II – Quadro Segundo – A Avaliação Classificatória (A.C.)



Fonte: Luckesi (1998).

Como demonstrado no quadro³ acima se tem uma noção acerca desse tipo de avaliar, que geralmente ocorre nas instituições de ensino; a partir da nota, dá-se a média, seja ela qual for, cuja permanece estática na finalidade de classificar o discente de acordo com o seu desempenho, na tentativa de moldá-lo ao sistema e ser castigado ou recompensado de acordo com o desempenho. Esse modo de avaliar o indivíduo apenas é “taxativo”, a classificar o aluno numa escala, caracterizado por ser estático, em que o aluno apenas é classificado; não se toma nenhuma decisão ou atitude ao processo de construção,

³ Quadro elaborado a partir da interpretação compreensiva do artigo Avaliação Educacional Escolar: para além do autoritarismo (LUCKESI, 1998), em relação à temática debatida, que está contido no livro *Avaliação da Aprendizagem Escolar*.

de resgate do conhecimento. Esse é um caminho perigoso a ser trilhado, pois reproduz e legitima as desigualdades em sala de aula.

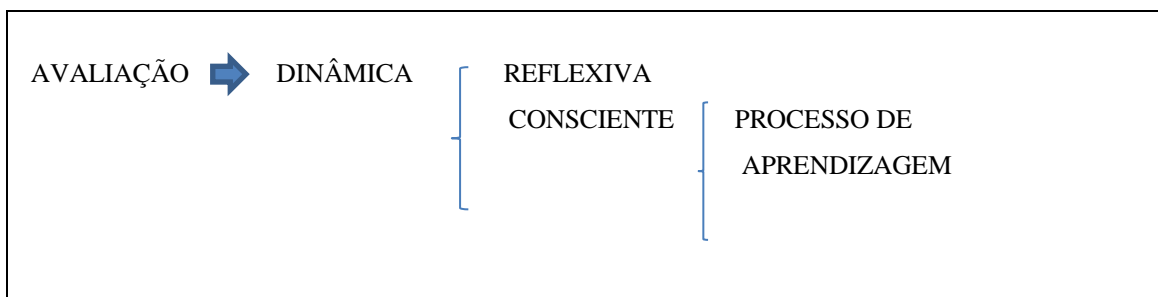
Precisa-se romper com a lógica da distribuição social que é legitimada a partir da avaliação escolar, classificar os alunos de acordo com as notas que têm. A avaliação deve ter como “foco” diagnosticar e subsidiar o crescimento intelectual dos discentes.

Ou seja,

A avaliação [nesse prisma] deve ser assumida como instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões⁴ suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem. (LUCKESI, 1994, p.81).

Por isso, a avaliação deve ser dinâmica, reflexiva, consciente no processo de construção de conhecimento, como está delineado no mapa conceitual abaixo⁵. Ela deve perpassar pela reflexão consciente dos sujeitos em sala de aula a construir um avanço cognitivo.

III – Quadro Terceiro – A Avaliação Consciente (A.C.)



Fonte: Luckesi (1998).

É demonstrado, a partir do quadro acima, que a avaliação deve ser dinâmica, ou seja, contínua em que se estará consciente, pois sempre se intenta refletir e (re)construir o processo da avaliação, os meios de avaliação, sempre subsidiando que o aluno cresça cognitivamente, seja a retomar o que está em defasagem, seja a “dar o passo adiante” no que se está sendo ensinado. Nesse viés o educador não irá classificar o aluno, mas sim ter a noção do que o aluno aprendeu a dar subsídios ao crescimento dele.

Os processos da avaliação devem ir além da classificação usual em que é feita na sala de aula; o aluno deve ser instigado, provocado a refletir o que aprendeu e reinventar esse conhecimento, dar a possibilidade de trabalhar a autonomia, o crescimento dele em

⁴ Refere-se a um termo utilizado por Luckesi a citar a “atitude” do docente em relação à prática avaliativa.

⁵ Quadro elaborado a partir da interpretação compreensiva do artigo Avaliação Educacional Escolar: para além do autoritarismo (LUCKESI, 1998), em relação à temática debatida, que está contido no livro *Avaliação da Aprendizagem Escola*.

relação ao conhecimento, galgar novos estágios, e quando necessário recuperar a aprendizagem do alunado, é uma tomada de decisão.

Assim, como Hoffmann (2014, p. 19) desenvolve, é preciso no processo avaliativo “adotar” três importantes tempos⁶ para dinamizar, conscientizar e refletir o processo de aprendizagem como descrito acima:

- 1. Tempo de admiração:** a partir da convivência admirar o aluno e seu desempenho com relação ao conhecimento; neste caso, conhece-se para compreender;
- 2. Tempo de reflexão:** refletir sobre os diferentes modos da aprendizagem, fazendo levantamento de hipóteses para acompanhar o aluno, nas ideias e ações;
- 3. Tempo de reconstrução das práticas avaliativas:** nesse tempo o educador irá mediar, intervir no processo de aprendizagem do aluno, replanejar as estratégias do ensino.

Em suma, através da avaliação se integram os tempos supracitados e, devem-se provocar a criticidade, a reflexão, a (re)construção do conhecimento, para que a avaliação seja ativa, para além da classificação e que possa efetivamente levar o aluno aprender.

Avaliação na prática docente: desafios e apontamentos.

Partindo da reflexão de Paulo Freire (1996) em relação à avaliação, é pertinente saber “que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (p.47). A partir desse pressuposto, a avaliação apresenta-se como um campo complexo, principalmente em relação à prática docente, em que muitas vezes apresenta dificuldades diversas, como por exemplo, o docente acompanhar um grande número de alunos em um curto período de tempo; refletir acerca da aprendizagem de muitos discentes sem ter condições favoráveis a isso; ter o processo avaliativo como contínuo e progressivo, que é um processo árduo em meio a carga pesada de trabalho. Além de que na prática avaliativa dos professores “a ideia de que as práticas de avaliação estão ainda enraizadas numa lógica disciplinar, limitada à avaliação de conteúdos, na qual os testes escritos assumem a centralidade” (MARINHO; LEITE; FERNANDES, 2013, p. 324), isto é, os testes são supervalorizados por eles, num ciclo vicioso, pois acreditam que os testes é o mecanismo mais eficaz nesse sentido.

⁶ Dados oriundos da interpretação do livro de Hoffmann, *O jogo do contrário em avaliação*.

Diante disso, vários são os desafios, pois o processo educativo/avaliativo é um “campo” complexo, porém é de suma importância a postura do docente e, conseqüentemente, seu compromisso com a educação e o crescimento intelectual do alunado. A realidade é complexa, mas não se pode deixar que ela (de diversidades, dificuldades) anule as possibilidades e as tomadas de decisão que o docente tem para com a educação, e conseqüentemente, com a avaliação de seus alunos e de seu trabalho.

Portanto, a avaliação deve apresentar a “conversão da teoria em prática” (LUCKESI, 1998), ambos estão separados em termos conceituais, porém são complementares. Essa conversão deve delinear a intencionalidade da avaliação, o “alvo maior”, ou seja, os novos rumos (ou apontamentos), que nesse debate, é a transformação social e desenvolvimento cognitivo dos alunos. Isso implica em subsidiar que o aluno se torne sujeito, ator, de seu aprendizado, e que a lógica apreendida no processo de aprendizagem seja considerada e, a partir dessa lógica, avançar em conhecimento ou, se necessário, rever o que o aluno não conseguiu ainda aprender. A avaliação nesse sentido deve não apenas visar “aprovar ou reprovar” o aluno diante de sua interpretação (isto é, classificá-lo), mas, sobretudo, que a prática avaliativa do educador seja reflexiva e dê o suporte necessário a que o processo cognoscente desse sujeito seja efetivado com qualidade. Não se trata de classificar apenas o aluno, trata-se essencialmente de possibilitar que o aluno seja consciente e crítico frente ao conhecimento, ou seja, que ele se aproprie dos conhecimentos de forma crítica-reflexiva.

Partindo desse pressuposto, alguns apontamentos podem ser discutidos e (re)pensados nessa discussão em relação às finalidades da avaliação para com os alunos devem ser o de

Garantir o ‘encontro formativo entre o aluno e os conteúdos’, pois, somente uma cabeça pensante, bem formada, terá condições de se aproveitar dos objetivos sócio-políticos da escola; somente ‘sobrevalorizando os processos mentais’, formando mentes capazes de raciocinar, de propor, de discernir, estaremos possibilitando aos cidadãos opinar com base, com fundamento, com sentido; somente ajudando os alunos a construir suas próprias ferramentas intelectuais, estaremos colaborando na formação de indivíduos dignos, críticos e criativos, em lugar de meros repetidores de idéias alheias. (...) Minha opinião é a de que a escola tem seu compromisso com a inteligência, com o conhecimento sim. Cabe a ela ensinar o aluno a pensar, trabalhar no seu desenvolvimento cognitivo, se quiser contribuir na formação de indivíduos argutos, isto é, habilitados intelectualmente para reivindicar seus direitos e cômicos de suas responsabilidades. (CAMARGO, 1995, p 02).

A reflexão propiciada por Camargo (1995) revela alguns apontamentos relacionados à avaliação na prática docente. Possibilitar ao aluno ser autônomo, crítico, reflexivo, conhecedor, criativo, entre outros. Ou seja, dar subsídios a que o alunado se desenvolva frente ao campo científico, histórico-cultural, sociocultural.

Na visão de Luckesi (1998, p.73) tal perspectiva é semelhante, pois no processo de avaliação o docente deve estabelecer o “mínimo necessário”⁷ que o aluno deve aprender, ou seja, “a detenção das informações e capacidade de estudar, pensar, refletir e dirigir as ações com adequação e saber (...). Enquanto não conseguirem isso, cada educando merece ser reorientado”; diante disso se revela comprometimento do docente para com seus discentes; com isso, é importante retomar a epígrafe de Paulo Freire (1996), pois é saber que se move como “educador porque, primeiro, (...) [se moveu] como gente” (p.94).

Por isso, o educador através da avaliação deve provocar os educandos para desenvolverem-se como humanos, críticos, conscientes e autônomos frente ao conhecimento; partindo desse pressuposto traz-se o sentido do “papel avaliador” do docente revelado nos dizeres de Paulo Freire (Ibid.), em que o professor deve, na perspectiva democrática, por isso [...] não pode negar-se ao dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. (p.26).

Ou seja, o docente em sua atuação deve provocar o alunado à aprendizagem efetiva, o crescimento cognitivo. Isto é,

A aprendizagem ativa só pode se dar na medida em que for inteligível [compreensível]. O conhecimento que se adquire deverá possibilitar a iluminação da realidade; deverá possibilitar ao educando penetrar nos mistérios e conexões da realidade, desvendando-os. Assim no conhecimento adquirido, é preciso que o educando obtenha um instrumento de compreensão da realidade. É preciso que o conhecimento adquirido seja iluminativo da realidade (...) (LUCKESI, 1998).

Em suma, os educadores devem estar (mesmo se a realidade e condições materiais forem difíceis) sempre comprometidos com a educação qualitativa de seus alunos. Conclui-se que o processo de avaliação é mais que classificar, é integrar o aluno a esse meio, ser o “companheiro de estudos” de seu “discípulo”, isto é, sempre em reflexão do

⁷ Termo utilizado por Luckesi no livro *Avaliação da Aprendizagem escolar* (1998) que se refere aos conhecimentos mínimos que o educador deve estabelecer como necessários que o aluno saiba ao crescimento no processo de aprendizagem.

ensino e aprendizagem que acontece na sala de aula, fenômeno esse que deve subsidiar que o aluno seja acolhido e integrado.

Os apontamentos delineados devem ser intencionados a propiciar que o aluno seja “livre”⁸, criativo, tenha gosto em aprender, se desenvolver de forma positiva, harmônica, no sentido de não haver autoritarismo, ou repressões em relação à construção de conhecimento. O docente pode utilizar vários instrumentos e procedimentos avaliativos, pois há uma infinidade de possibilidades que o professor pode abordar e explorar em seu cotidiano escolar tais como: textos literários, propor redações, dinâmicas, jogos, dentre outros. Essas considerações trazem desafios, porém há possibilidade de o educador contribuir e ter um papel importante na vida de seus educandos e, conseqüentemente, da educação e na sua qualidade. É um caminho possível e recompensador. Tomando a fala de Hoffmann,

Temos que de admitir que não sabemos dar conta dessa complexa tarefa de educar em um contexto de diversidade [nas várias dimensões, como por exemplo, as condições materiais em sala de aula que auxilia o trabalho do professor], mas que é nosso compromisso contribuir para resolver as imensas dificuldades em educação que se apresentam (...). Não temos respostas para muitas dúvidas acerca da aprendizagem dos alunos. Mas talvez tenhamos que começar por aí – pelos nossos ‘não saberes’, com a confiança de quem acredita na educação pelo diálogo e pela convivência. (2014, p.26).

As diversidades e dificuldades em relação ao contexto educacional são variadas, mas como educadores não podemos nos prender às impossibilidades; a partir da tomada de decisão do professor e seu comprometimento com a educação de seu alunado venham a se “abrir” caminhos para romper com a dinâmica das “dificuldades” às de possibilidades dos âmbitos educacional e avaliativo. Em meio às incertezas criar mecanismos e disponibilidades de avançar em educação e ir para além da classificação.

Logo, a avaliação da aprendizagem necessita de mudança, assim, o professor deve se embasar de estudos teóricos em relação à temática (existe vasta produção sobre as teorias da aprendizagem e sobre a avaliação da aprendizagem), além de que os momentos propiciados das reuniões pedagógicas são importantes diante dessa mudança e, por fim, a auto avaliação do professor acerca de sua prática propor mudanças na forma de avaliar, no conteúdo; são apontamentos a práxis de mudança sobre a avaliação. Nesse sentido, é importante criar novas práticas, novos mecanismos e abordagens para mediar a avaliação

⁸ Livre, aqui, deve ser entendido como sem repressão, medo ou temor.

ao serviço da aprendizagem e, desenvolver um olhar crítico acerca das relações que decorrem dela (VASCONCELOS, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O acolhimento integra, o julgamento afasta”. A afirmação feita por Luckesi (1998) relata o que o educador deve fazer na perspectiva avaliativa: acolher, integrar o educando no processo de aprendizagem, de construção do conhecimento.

O posicionamento do educador no processo de desenvolvimento do aluno é importantíssimo, é “gerador” de impactos na sala de aula, tanto positivo quanto negativo, isto é, tanto para melhorar o processo educativo quanto a dificultar.

Como já debatido a avaliação deve servir a que o educador possa subsidiar o aprendizado do aluno, alcançar novos patamares. Deve-se contribuir ao desenvolvimento integral do aluno, ou seja, em suas diversas nuances, como por exemplo, a argumentação, a escrita, a criticidade.

A avaliação deve ir além da classificação, ir além do que geralmente ocorre no sistema educacional, romper com as impossibilidades do real. O educador tem uma função importante, “chave”, nesse sentido. O professor deverá ultrapassar a dimensão classificatória e constituir um processo de avaliação construtiva, inclusiva, acolhedora, dinâmica, reflexiva, consciente das intencionalidades, e visando o desenvolvimento e transformação do alunado.

A avaliação tem que possibilitar a aprendizagem construtiva, gradual e prazerosa tanto ao educador, quanto ao educando, caracterizado pela ação do professor.

É saber que ensinar é mais abrangente que apenas transmitir conteúdos, assim como debatido, é mais profundo, tem a ver com tomada de decisão, com posicionamento, com a disponibilidade do educador. O que perpassa na decisão (mesmo com dificuldades) de propiciar que a avaliação seja prudente, qualitativa e criativa.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, D. A. F. **Avaliação do rendimento escolar: estudos e concepção. Paidéia** (Ribeirão Preto) n.º.8-9. Ribeirão Preto fev./ago. 1995. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1995000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

DEMO, P. **Avaliação Qualitativa**. Campinas, SP: Autores Associados. 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOFFMANN, J. **O jogo do contrário em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARINHO, P.; LEITE, C.; FERNANDES, P. A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: UM CICLO VICIOSO DE “TESTINITE”. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 55, p. 304-334, abr./ago. 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **AVALIAÇÃO**. 2013. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=13565>. Acesso em 22 de jun 2015.

VASCONCELLOS, C. **Mudar a avaliação. Sem essa de exclusão!** Entrevista publicada na revista Mundo Jovem de julho de 2001.